RIC
Relações Internacionais

O DESENVOLVIMENTISMO ESTRUTURALISTA DE CELSO FURTADO E O PENSAMENTO DECOLONIAL DE ANÍBAL QUIJANO: UM ENCONTRO NECESSÁRIO

The structuralist development of Celso Furtado and the decolonial thinking of Anibal Quijano: a necessary dialogue

Igor Palma Barbosa

Resumo: O problema do desenvolvimento da América Latina no século XX foi responsável por calorosos debates na sociedade internacional. O surgimento do Estruturalismo no seio da CEPAL configura-se como uma reação aos ditames da Teoria da Modernização, buscando empreender o desenvolvimento de uma estrutura econômica industrial autônoma para a região. Dentre seus representantes, a obra de Celso Furtado colocou-se como uma das mais significativas para entender os diagnósticos estruturalistas para o desenvolvimento. Embora seu pensamento representasse uma ruptura com os teóricos da modernização, seu modelo ainda carregava elementos da análise ortodoxa cêntrica, uma vez que a supervalorização do progresso tecnológico e reorganização da matriz industrial como solução ainda se pautava na reprodução de processos históricos de países desenvolvidos. Tendo esse problema em vista, o pensamento de Aníbal Quijano é posto como instrumento necessário para ampliar o foco de análise da realidade latina. O papel da "colonialidade do poder" e a necessidade de construção de uma "racionalidade alternativa" são colocados como fachos de luz para pensar as limitações que o pensamento estruturalista apresentou para entender as razões do subdesenvolvimento. O problema da sociabilidade e construção das identidades nacionais da região são adicionados a análise e explicam, para além de fatores econômicos, os motivos para a dificuldade em se construir um desenvolvimento autônomo. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo promover um diálogo entre esses dois pensadores latino-americanos para entender o atraso estrutural da América Latina.

Palavras-chave: Estruturalismo; Subdesenvolvimento; Decolonialismo.

Abstract: The issue of the development of Latin America in the 20th century was responsible for heated debates in international society. The emergence of Structuralism within ECLAC is configured as a reaction to the dictates of Modernization Theory, seeking to undertake the development of an autonomous industrial economic structure for the region. Among its representatives, the work of Celso Furtado stood out as one of the most significant for understanding structuralist diagnoses about development. Although his thinking represented a break with modernization theorists, his model still carried elements of centric orthodox analysis, since the overvaluation of technological progress and the reorganization of the industrial matrix as a solution was still based on the reproduction of historical processes in developed countries. With this problem in mind, Aníbal Quijano's thought is seen as a necessary tool to expand the focus of analysis of Latin America reality. The role of the "coloniality of power" and the need to build an "alternative rationality" are placed as shining lights to think about the limitations that structuralist thinking presented to understand the reasons for underdevelopment. The problem of sociability and the construction of national identities in the region are added to the analysis and explain, in addition to economic factors, the reasons for the difficulty in building autonomous development. In light of this, this article aims to promote a dialogue between these two Latin American thinkers to understand the structural backwardness of Latin America.

Key-words: Structuralism; Underdevelopment; Decolonialism.

1. INTRODUÇÃO

A politização do desenvolvimento no século XX atingiu seu ápice dentro da estrutura de poder da Guerra Fria com a apresentação de projetos antagônicos encabeçados pela disputa ideológica entre Estados Unidos e União Soviética. Em virtude disso, a orientação norte-americana na América Latina se deu com o fim de evitar a penetração de poder soviético dentro dos Estados da região. A estratégia escolhida para a região foi a promoção do desenvolvimento econômico a partir do discurso da Teoria da Modernização que previa a replicação de seu modelo industrial e tecnológico no continente.

Concomitante a isso, um projeto desenvolvimentista também alçava voo com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em fins da década de 1940. O estruturalismo nascia assim com o trabalho de Raul Prebisch e se preocupou prioritariamente com a construção de um desenvolvimento industrial capaz de gerar a autonomia das estruturas econômicas da região. Combatentes da visão etapista do subdesenvolvimento como primeira fase para o desenvolvimento, a principal marca de seus estudiosos, como Celso Furtado, foi a preocupação com as particularidades das economias latino-americanas.

Embora apresentasse uma ruptura significativa com a ortodoxia dos teóricos da modernização, o Estruturalismo ainda conservou elementos de análise dos representantes do centro. Uma visão alternativa, no entanto, pode ser pensada a partir do estudo decolonial de Aníbal Quijano e sua contribuição sobre a "colonialidade do poder" para entender o processo de reprodução e estagnação das estruturas sociais da América Latina.

Utilizando a obra de Celso Furtado como pano de fundo para as questões relacionadas ao desenvolvimentismo estruturalista e do Quijano como representante do pensamento decolonial, esse artigo se propõe a promover um diálogo entre esses dois pensadores latino-americanos para entender o atraso estrutural da região. Dividido em três grandes seções, na primeira será apresentada a escola estruturalista, suas principais ideias e os desafios enfrentados. Na segunda seção será apresentada a contribuição de Celso Furtado sobre questões relacionadas ao desenvolvimento e subdesenvolvimento. Por fim,

será apresentado o pensamento de Aníbal Quijano explorando as convergências e divergências entre esses dois autores.

2. ESTRUTURALISMO E O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO

O fim da Segunda Guerra trouxe para o século XX um novo ambiente internacional polarizado por duas grandes potências com projetos de poder totalmente distintos e excludentes entre si. Estados Unidos e União Soviética marcaram, respectivamente, o embate entre capitalismo e comunismo, e, atrelado a isso, uma disputa discursiva que ia desde a liberdade e soberania dos Estados até o debate sobre desenvolvimento. Foi diante desse contexto que a ideia da modernização econômica ascendeu dentro da classe intelectual norte-americana e foi colocada como fim para as nações latino-americanas que buscassem se desenvolver (Moreno, 2012).

A politização do tema sobre desenvolvimento em fins dos anos 1940 e início dos anos 1950 sob a égide dos Estados Unidos teve como principal objetivo garantir a segurança de sua esfera de influência diante da ameaça soviética. Para tanto, um discurso carregado ligado à defesa de uma neutralidade, padronização e refinamento científico e tecnológico se colocou como principal meio para garantir a ascensão do mundo subdesenvolvido aos padrões de produção e consumo do mundo desenvolvido. A "exportação" de intelectuais para as nações periféricas, com o fim de capacitar as principais instituições nacionais de acordo com a nova diretriz econômica desenvolvida, serviu como uma importante estratégia para garantir e fiscalizar a assimilação da Teoria da Modernização aos países receptores. Essa disputa discursiva, no entanto, encontrou resistência no Terceiro Mundo, uma vez que o esforço de entendimento de sua própria realidade e busca de um desenvolvimento autônomo movimentou debates regionais dentro da América Latina (Wanderley, 2015).

A visão etapista de que o subdesenvolvimento consistiria na fase inicial para o alcance do desenvolvimento marcou o principal ponto de ruptura entre os teóricos da modernização e os chamados "estruturalistas" da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Criada em 1948 como uma agência especial da Organização das Nações Unidas (ONU), a CEPAL teve entre seus principais objetivos garantir a cooperação econômica entre seus membros em prol do desenvolvimento regional. A partir

do trabalho de seu segundo diretor executivo em 1949, o economista argentino Raúl Prebisch, estariam dadas as bases para a construção da escola de pensamento do "Estruturalismo". Com o documento intitulado "*El Desarollo Económico de La America Latina y algunos de sus principales problemas",* Prebisch alça o papel de pioneiro entre as teorizações estruturalistas e consolida a utilização do elemento axial dessa escola, o sistema centro-periferia (Dias, 2012; Furtado, 2002).

A defesa de que o sistema internacional estaria dividido entre países do centro industrializado e países da periferia majoritariamente agrários apresenta-se como elemento importante para entender o subdesenvolvimento, mas não é necessariamente o cerne da questão. Segundo os estruturalistas, a principal força que movimenta esse sistema que favorece uns e debilita outros é o impacto do progresso tecnológico dentro das estruturas econômicas nacionais. Por isso, quanto mais diversificada a matriz econômica de um país maiores serão suas chances de crescimento. Diante disso, os teóricos do estruturalismo se colocavam veementemente contra a teoria do economista britânico David Ricardo a respeito das vantagens comparativas, na qual cada país deveria escolher um produto para se especializar na sua produção e garantir uma espécie de equilíbrio a partir da complementaridade das trocas comerciais. Essa visão ricardiana foi bastante combatida em função de agregar às nações latino-americanas a ideia de "vocação agrária" (Gilpin, 2002).

Diante disso, a solução se encontrava na garantia do processo de industrialização que funcionasse como uma espécie de "desenvolvimento para dentro", ou seja, as novas técnicas deveriam servir para a construção de uma indústria nacional autônoma e que diversificasse a matriz econômica nacional. Em contrapartida, o que normalmente acontecia nos países periféricos é que as novas técnicas eram geralmente implantadas no setor agrícola voltado para atender as exportações, configurando uma espécie de "desenvolvimento para fora" (Dias, 2012).

Apesar disso, o período do entreguerras e a grande crise de 1929 trouxeram como consequência para a América Latina um primeiro impulso para se industrializar. Com a queda nos preços dos produtos primários e a redução da oferta de manufaturados para serem importados, esses países excursionaram um processo de industrialização substitutivo de importações (ISI). Uma vez que os superávits a partir das exportações agrícolas e a

desvalorização das taxas de câmbio não davam mais conta de garantir a capacidade de importação de produtos manufaturados, o processo ISI já nasce tendo como principal objetivo sanar as distorções no consumo, principalmente das elites, em função da grande recessão (Rodríguez, 2009).

Uma das fraquezas geradas por isso consiste justamente na orientação partindo "de fora", já que esse processo não partiu de uma luta política para garantir autonomia econômica nacional. Um outro problema elencado pelos estruturalistas consiste na ineficiência em se superar um abundante contingente de mão de obra pré-capitalista advinda da agricultura de subsistência, tornando-a barata e dificultando o crescimento dos salários dos trabalhadores das fábricas em função da existência de um grande exército de reserva. Dessa forma, estaria garantida a concentração de renda e do progresso tecnológico dentro das estruturas sociais, desnivelando o poder de consumo da população (Prebisch, 2012).

Somado a isso, a demanda por tecnologia e maquinários vindos dos países do centro também serviram de impedimento para o progresso industrial da região, limitados sempre por um estrangulamento externo, uma vez que os custos superavam a capacidade de poupança das nações periféricas. Diante desse problema, a solução que Prebisch e outros estruturalistas previram encontrava-se na defesa da intervenção do Estado e na adoção de uma espécie de protecionismo para fortalecer as indústrias nacionais. Essa diretriz ia totalmente de encontro ao que os ortodoxos da Teoria da Modernização defendiam, já que para estes o mercado trataria de solucionar as intercorrências que aparecessem (Furtado, 2002).

Esse turbulento debate aberto pelos teóricos da CEPAL encontrou seu ápice em fins dos anos 1950 com a revolução cubana. Como consequência dos conflitos da Guerra Fria e da ampliação das pautas de "esquerda", como reforma agrária e integração regional, já em inícios dos anos 1960 vários golpes militares foram financiados em países da América Latina e líderes intelectuais do estruturalismo tiveram seus direitos políticos cassados, como foi o caso do Celso Furtado no Brasil (Wanderley, 2015).

Com os sinais de exaustão apresentados já nos anos 1950 com as tentativas de limitação de ação por parte dos norte-americanos a partir do sistema ONU e com a onda de golpes militares nos anos 1960, o estruturalismo da CEPAL passa a perder força diante das repressões políticas a seus membros. O projeto de revisão e provisão de um desenvolvimento autônomo a partir das particularidades da América Latina teria encontrado certo esgotamento em virtude da retomada da "colonialidade do poder" por parte dos Estados Unidos. A contribuição de seus especialistas, no entanto, não passou despercebida. Dentre eles, o economista paraibano Celso Furtado alcançou notório prestígio com o seu olhar internacionalista atento para a complexidade dos problemas econômicos, reivindicando também para sua análise a importância das questões de ordem social e política (Carvalho, 2017; Wanderley, 2015).

No tópico a seguir serão discutidas as reflexões de Celso Furtado sobre o processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento, bem como seu olhar particular para a dimensão dos problemas da América Latina.

3. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO PARA CELSO FURTADO

O processo de evolução do sistema capitalista foi responsável por criar distorções nas relações centro-periferia que vão além dos efeitos da divisão internacional do trabalho (DIT) engendrada com a Revolução Industrial. Segundo Celso Furtado e os demais estruturalistas, a forma de assimilação do progresso tecnológico é a questão central para se entender as razões do subdesenvolvimento e os porquês de ser tão difícil superá-lo dentro das estruturas econômicas da América Latina. Em virtude disso, a verificação da situação de desenvolvimento encontra espaço a partir da observação de duas variáveis: o grau de acumulação do capital nos processos produtivos e o poder de acesso aos bens finais representado pelo consumo. A interdependência entre essas duas variáveis é resultado dos impactos da divisão internacional do trabalho endossado inicialmente pelos ingleses (Furtado, 1983).

A evolução do capitalismo industrial encontra seu primeiro alicerce em fins do século XVIII com o desenvolvimento de novas técnicas de manufatura têxtil na Inglaterra.

Como consequência desse processo, a ordem econômica em meados do século XIX já se organizava segundo a criação de mercados consumidores dos manufaturados ingleses aliado a uma forte intensificação do comércio internacional. O advento dessa inovação trouxe a possibilidade de gerar um enorme quantitativo de excedentes concentrados nos centros industriais da Inglaterra, gerando maior poder de consumo para sua população. A manutenção desse sistema necessitava, todavia, de um contingente de matéria-prima que o território inglês não era capaz de fornecer. Diante disso, a exploração dos mercados da periferia supriu essa demanda e trouxe como principal consequência para essas nações o reforço do direcionamento agroexportador de suas economias (Furtado, 2009; Hobsbawm, 1995).

O revisionismo do projeto econômico inglês encontrou terreno no início do século XX com a diversificação das potências industriais e criação de novos Estados nação. Esse processo permitiu o crescimento da acumulação de capital para esses novos países industrializados e se favoreceu do pacto entre elites e grupos sociais. A construção desses modelos industriais autônomos, todavia, não encontrou espaço nos países da periferia. O processo engendrado na América Latina, por exemplo, não buscou responder ao anseio por uma estrutura econômica autônoma, pelo contrário, foi resultado da tentativa de resposta a grande depressão de 1929 que colocava em risco sua capacidade de importação e a exploração dos superávits comerciais a partir da exportação de seus produtos primários. Dessa forma, os efeitos da divisão internacional do trabalho iniciada na Revolução Industrial encontravam longevidade ao apresentarem a dicotomia entre um centro industrial detentor do progresso tecnológico e uma periferia atrasada com sua economia voltada à exportação (Furtado, 1986).

Os impactos do processo de industrialização do centro, com o advento da DIT, foram responsáveis por uma série de mudanças nas estruturas produtivas e de consumo nesses países. As inovações técnicas a partir da utilização de maquinários permitiam o alcance de uma maior produtividade, sendo responsável por reter um maior contingente de mão de obra e estrangular a concorrência de pequenos produtores que faziam uso de técnicas “menos modernas”. Dessa forma, a superação de uma mão de obra pré-capitalista permitiu o aumento real dos salários dentro dos centros urbanos industrializados, uma vez que não existia mais um exército de reserva capaz de ocupar os cargos deixados pelos

trabalhadores insatisfeitos. A exploração do trabalho assalariado permitiu assim que um percentual dos excedentes gerados pela atividade produtiva pudesse retornar aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que a enorme produtividade também garantiria a capacidade de poupança por parte dos proprietários das fábricas que poderiam investir esse capital em inovações tecnológicas. Como resultado disso, o ciclo inovador de aquecimento de produção e consumo encontrou terreno nesses países que primeiro assimilaram o progresso tecnológico (Furtado, 2011).

O mesmo, no entanto, não pôde ser repetido na América Latina. Marcada por uma estrutura econômica essencialmente agroexportadora, fruto de sua herança colonial, o processo de industrialização encontrou seu primeiro impulso motivado pela necessidade de suprir o estrangulamento externo ligado a queda de seus superávits comerciais e perda da capacidade de importar produtos industriais como resultado da crise do entreguerras que encontrou seu ápice em 1929. O manuseio das taxas de câmbio atrelado à ótica das exportações não solucionava mais o problema, sendo a adoção de um processo de industrialização a partir da substituição das importações (ISI) a saída adotada por esses países para suprir o padrão de consumo, em especial das elites. Além disso, o próprio processo histórico ligado ao desenvolvimento tecnológico do centro não encontrava terreno para se replicar na região, tendo todo o maquinário e tecnologia implantada nesse processo proveniente do centro desenvolvido. Diante disso, o progresso técnico não daria conta de realizar transformações sociais significativas na periferia (Coutinho, 2015; Furtado, 1968).

A ausência da preocupação ligada ao desenvolvimento de novas técnicas de produção por parte das elites da América Latina, uma vez que tudo seria importado dos países do centro, contribuiu para que o processo de industrialização promovesse uma maior concentração da acumulação de capital nas mãos dessa mesma classe. Atrelado a isso, a permanência de uma mão de obra barata junto a um enorme contingente de exército de reserva ligado à atividade agrícola garantiu que a superação da um sistema pré-capitalista não ocorresse, incorrendo em certos momentos, inclusive, a exploração de fluxos migratórios da Europa para o solo americano. Dessa forma, o aumento real dos salários estava comprometido, trazendo como consequência pouco potencial de mudança no consumo das classes trabalhadoras, desaquecendo o mercado interno. A concentração de

renda assegurada por esse processo foi responsável por reforçar graves problemas ligados a desigualdades sociais ao mesmo tempo em que reproduzia um padrão de consumo semelhante ao centro industrial para as elites intermediadoras (Furtado, 1978).

Em função dessa mão de obra barata presente na periferia, a industrialização encontra mais um obstáculo. O impulso das grandes empresas dos países do centro para abrirem filiais na América Latina, visando explorar a maior produtividade do trabalhador a custos reduzidos, fez com que as indústrias nacionais nascentes encontrassem graves desvantagens competitivas. Além disso, a remessa de lucros auferidos por elas são enviados quase que em sua totalidade para seu país sede, logo, o impacto provocado na concentração de renda acaba por se tornar mais um problema. Os representantes estrangeiros dessas grandes empresas agem também, através de um pacto com as elites, no sentido de explorar os recursos naturais presentes nesses países. Essa dupla exploração, ao trazer um cenário de grave instabilidade para as sociedades da periferia, acaba por exigir do Estado um papel mais ativo para solucionar convulsões sociais e econômicas, o que, dependendo da situação, tende a reforçar os privilégios de uma reduzida elite (Furtado, 1983).

É importante salientar também o papel que a estrutura de poder da segunda metade do século XX teve no processo de "levar o progresso tecnológico" para as nações latino-americanas. O embate ideológico da Guerra Fria exigia dos Estados Unidos um esforço em manter laços mais próximos com as nações capitalistas sob sua influência. Nesse sentido, a politização do discurso sobre o desenvolvimento, adido do receio da influência soviética nos territórios da região, serviu de justificativa para endossar o processo de exportação de suas empresas para o resto do continente americano. Conforme já explanado, o impacto dessa empreitada não obteve os efeitos esperados para a dinamização da estrutura econômica da América Latina. A ação dessas empresas contribuiu para fortalecer a concentração de renda e acelerou o esgotamento do ISI, uma vez que, diante da rasa penetração técnica, após a substituição dos itens "fáceis" a tendência industrial que se segue é a da estagnação. O pacto com as elites nacionais, no entanto, apresentou a dupla função de criar uma espécie de dependência cultural relacionado aos padrões de consumo e garantir a influência norte-americana no ordenamento interno das nações (Furtado, 1968; Furtado, 2009).

Em virtude disso, Celso Furtado (2011) defende que a criação do subdesenvolvimento corresponde ao outro lado da mesma moeda que produz o desenvolvimento, ou seja, é a consequência da rápida propagação de novas formas de produção partindo de um número limitado de centros irradiadores de inovações tecnológicas dentro de um quadro social e institucional que não se adequava a replicação da experiência do centro. Logo, a visão dos ortodoxos da Teoria da Modernização de que o subdesenvolvimento correspondia ao estágio inicial para alçar o desenvolvimento foi bastante combatida por ele e demais estruturalistas. Em seu livro "O Mito do Desenvolvimento econômico", Furtado (1983) faz uma síntese de todo o processo que garante o atraso da periferia em relação ao centro:

> Os pontos essenciais do processo são os seguintes: a matriz institucional pré-existente, orientada para a concentração da riqueza e da renda; as condições históricas ligadas à emergência do sistema de divisão internacional do trabalho, as quais estimularam o comércio em função dos interesses das economias que lideravam a revolução industrial; o aumento da taxa de exploração nos países periféricos e o uso do excedente adicional pelos grupos dirigentes locais, do que resultou a ruptura cultural que se manifesta através do processo de modernização; a orientação do processo de industrialização em função dos interesses da minoria modernizada, que criou condições para que a taxa de salário real permanecesse presa ao nível de subsistência; o custo crescente da tecnologia requerida para acompanhar, mediante produção local, os padrões de consumo dos países cêntricos, o que por seu lado facilitou a penetração das grandes empresas de ação internacional; a necessidade de fazer face aos custos crescentes em moeda estrangeira da produção destinada ao mercado interno, abrindo o caminho a exportação de mão de obra barata sob o disfarce de produtos manufaturados. (Furtado, 1983, pp. 93-94).

Embora represente uma ruptura com o pensamento repercutido com a Teoria da Modernização, o estruturalismo furtadiano ainda conserva elementos de análise da ortodoxia econômica cêntrica, vinculadas à supervalorização de um progresso tecnológico e reorganização da matriz industrial como fatores essenciais para o alcance de um desenvolvimento autônomo para a periferia. Estes preceitos ainda apresentam como pano de fundo a tentativa de replicar processos históricos ocorridos no mundo desenvolvido. Diante disso, o pensamento decolonial de Aníbal Quijano apresenta um importante esforço teórico de questionamento dessas bases eurocêntricas ligadas à ideia de modernidade a partir de seu conceito sobre a "colonialidade do poder". Essa contribuição do Quijano será explorada no próximo tópico com o objetivo de elucidar importantes variáveis para

entender o subdesenvolvimento latino-americano deixadas em segundo plano pelos estruturalistas.

4. PENSAMENTO DECOLONIAL DE ANÍBAL QUIJANO

A construção das ideias de modernidade, capitalismo e América Latina encontram terreno inicial nas experiências europeias do século XVI a partir da formação de uma racionalidade instrumental como resultado das contribuições iluministas. Concomitante a isso, o processo de colonização dos territórios latino-americanos serviu de motor financiador para a projeção do velho continente como sociedade desenvolvida e avançada. Como resultado, a cultura europeia passou a ser tratada como o fim evolutivo universal para o resto do mundo. O próprio direcionamento da racionalidade voltada ao poder do capital é fruto desse processo, ficando a cargo dos colonizadores europeus o controle das atividades econômicas desenroladas entre colônia e metrópole. Essas vantagens estruturais foram responsáveis pela construção de um paradigma eurocentrista que, além de interferir na forma com que as relações entre os Estados se deram, repercutiu nos processos de construção das identidades do centro e da periferia (Pinto;Mignolo, 2015; Quijano, 2005).

O sistema de divisão internacional do trabalho proposto com o advento da Revolução Industrial representa, tanto para Quijano (2007) quanto para Furtado (2009), um elemento de vital importância para definir a configuração das estruturas nacionais já formadas e em formação. Todavia, segundo Quijano (2007), esse processo encontrou outro elemento facilitador para além das inovações técnicas do sistema produtivo inglês. O controle dos colonizadores europeus sobre a divisão do trabalho dentro das colônias garantiu ao sistema capitalista o fácil sustento a partir da mão de obra gratuita. De acordo com o sociólogo peruano, a “divisão racial do trabalho” se configurou para explicar a implantação de diversas formas de trabalho colonial tendo o elemento étnico como parâmetro. Dessa forma, estaria relegado aos negros o trabalho escravo, aos índios uma espécie de servidão similar ao modelo feudal e aos brancos/descendentes dos colonizadores o trabalho assalariado. Essa classificação passou a ser reforçada posteriormente com os processos de miscigenação dentro da sociedade colonial. Diante disso, as condições da mão de obra barata presente nas sociedades pós-coloniais da

América Latina estariam dadas, marcadas pela forte influência do extrativismo e da agricultura como principais atividades econômicas.

Esse processo de conformação da Europa como centro geocultural do mundo trouxe como uma de suas principais consequências, segundo Quijano (2014a), a implantação de uma dependência histórica e estrutural. Enquanto para Furtado (2011) a dependência latino-americana estava ligada ao domínio do centro sob os padrões de produção e consumo, Quijano vai mais além e coloca como a principal problemática a formação de um padrão histórico híbrido, ligado às relações traçadas entre europeus e aborígenes, que dificultou o processo de construção de uma identidade autônoma em relação à metrópole. A estruturação das relações de poder construídas dessa forma configurou o que Quijano (2014a) chamou de "colonialidade do poder" que se perpetuou na organização das sociedades mesmo após os processos de descolonização. Essa reprodução estrutural encontrou terreno no processo de formação das elites nacionais a partir de pactos feitos com os colonos. A maioria branca dentro dessa classe é justificada por isso, uma vez que foram eles que detiveram o acesso ao trabalho assalariado.

O raciocínio estruturalista da necessidade de superar uma mão de obra pré-capitalista para garantir a maior assimilação do progresso tecnológico e permitir uma maior acumulação do capital no processo produtivo faz-se inviável dentro da estrutura pós-colonial da América Latina. A "vocação agrária" implantada com o processo de colonização manteve sua relevância com o papel das elites agrárias formada no seio de muitos desses países. Também o processo de construção social garantiu pouca mobilidade e a reprodução de graves desigualdades, onerando os Estados com grandes problemas para solucionar. Logo, as fragilidades que essas nações herdaram permitem a fácil mobilidade do capital estrangeiro e das nações desenvolvidas desenvolverem uma espécie de imperialismo como continuidade dos laços coloniais. O projeto neoliberal e o estrangulamento fiscal que ele traz para as economias da região nos anos 1990 é um exemplo disso (Quijano, 2014b).

Em virtude disso, a ação norte-americana na segunda metade do século XX diante da pós-Segunda Guerra pode ser entendida como uma tentativa de reivindicação do processo de colonialidade do poder, tendo em vista a crescente influência do pensamento

estruturalista na região. A exportação da ortodoxia da Teoria da Modernização, através de um discurso de neutralidade, universalização e modernidade, efetivou-se com a estratégia de mandar especialistas para as nações periféricas visando treinar os representantes das principais instituições para adotar tal modelo. Também a entrada de grandes empresas nas economias da periferia reforçou a influência do capital estrangeiro e minou com a concorrência desleal e com o pacto com as elites as capacidades produtivas das pequenas indústrias nacionais ascendentes. Diante disso, as conturbações políticas da Guerra Fria, que gerou vários golpes de Estado no continente, bem como a exaustão do pensamento estruturalista com a experiência da ISI agiram para consolidar o projeto de poder norte-americano na região e impedir o processo de construção de sua autonomia (Wanderley, 2015).

Pensar desenvolvimento na América Latina deve, portanto, passar por um processo de construção da autonomia da região. Os estruturalistas enfatizaram esse aspecto para a estrutura econômica, mas falharam em não se distanciar de um paradigma eurocêntrico que pensa avanço em termos de progresso tecnológico gerando acumulação de capital. O olhar decolonial sobre essa questão, no entanto, assume a necessidade de se realizar a "descolonização do poder" a partir de um processo de revisionismo que vai desde a própria produção do conhecimento até a estruturação do poder dentro da sociedade. As particularidades latino-americanas devem ser colocadas em evidência e o desenvolvimentismo para a região deve ser pensado junto a esse processo constante de (re)formulação das identidades, estabelecendo assim, os meios para se construir uma "racionalidade alternativa". A visão precisa estar atenta para as desigualdades sociais herdeiras da colonização, bem como as opressões de gênero, classe e raça que marcaram o processo de construção das sociedades da região (Rubbo, 2018; Wanderley, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos da divisão internacional do trabalho e do progresso tecnológico nos países do centro foram responsáveis por gerar uma reorganização das estruturas capitalistas do globo e promover um desenvolvimento desigual na periferia. Dentro do contexto da Guerra Fria, a promoção norte-americana da Teoria da Modernização, como forma de fortalecer sua esfera de influência na América Latina, se fez valer de um discurso de

universalização, neutralidade e cientificismo para replicar seu modelo de desenvolvimento industrial na região.

Essa corrente ideológica, no entanto, encontrou resistência entre os intelectuais latino-americanos da CEPAL. O pensamento estruturalista que nascia no seio da instituição foi responsável por criticar uma série de prerrogativas que defendiam a visão etapista do subdesenvolvimento como primeiro passo para alcançar o desenvolvimento. Para eles, ambos são frutos do mesmo processo, tendo a forma de assimilação do progresso tecnológico para gerar maior acumulação de capital nos processos produtivos o diferencial para gerar o subdesenvolvimento ou desenvolvimento.

Como grande representante do pensamento estruturalista, a exploração do argumento de Celso Furtado sobre a dependência gerada pelo processo de assimilação tecnológica do ISI serviu de pano de fundo para ilustrar as condições que levaram ao subdesenvolvimento estrutural da região. A dificuldade em se superar uma mão de obra "pré-capitalista" é apontado por ele como uma das principais razões para não ter sido possível realizar a transição de uma sociedade periférica para industrial.

A exploração do tema por ele, no entanto, não foi capaz de quebrar com os principais elementos de análise da ortodoxia dos representantes do centro. Para tanto, o pensamento de Aníbal Quijano sobre a "colonialidade do poder" foi utilizado como alternativa para explorar o atraso estrutural que apresenta suas raízes em um processo ulterior a própria penetração industrial em meados do século XX. A herança colonial deixada pela "divisão racial do trabalho" presente até os dias atuais na estruturação de poder das sociedades latino-americanas tem impedido a construção de estruturas sociais e econômicas autônomas.

A necessidade de se realizar uma "descolonização cognitiva radical" consiste no argumento central do pensamento decolonial de Quijano. Dessa forma, a promoção do desenvolvimento na região deve ser pensada a partir das suas particularidades e levar em conta desigualdades sociais estruturais. A replicação de um modelo paradigmático eurocêntrico tem sido responsável por estabilizar o sistema com o intuito de manter intacto um modelo de exploração herdado pela colonização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, G. 2017. "Celso Furtado (1920-2004): dez anos sem o internacionalista". In. CARVALHO, G.; ROSEVICS, L. (Orgs). Diálogos Internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: PerSe.

COUTINHO, M. C. 2015. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. Revista de Economia Contemporânea, v. 19, n. 3, p. 448-474.

DIAS, M. F. 2012. Do Estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FURTADO, C. 1986. A econonomia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**.** 3ª Ed. São Paulo: Editora Nacional.

FURTADO, C. 1978. A hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FURTADO, C. 2009. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto.

FURTADO, C. 2002. Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.

FURTADO, C. 1983. O Mito do Desenvolvimento Econômico**.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, C. 2011. Raízes do Subdesenvolvimento. 2ª Ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FURTADO, C. 1968. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GILPIN, R. 2002. A Economia Política das Relações Internacionais. Brasília: EdUnB.

HOBSBAWM, E. 1995. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Editora Companhia das Letras,

MORENO, M. F. 2012. Um (des)encontro de saberes: teorias da Modernização e teoria das Relações Internacionais. Carta Internacional, v. 7, n. 1, p. 35-52.

PINTO, J. R. de S.; MIGNOLO, W. D. 2015. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 3, p. 381-402.

PREBISCH, R. 2012. El Desarollo Económico de la America Latina y algunos de sus principales problemas**.** CEPAL. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40010-desarrollo-economico-la-america-latina-algunos-sus-principales-problemas>. Acesso em 04/08/2019.

QUIJANO, A. 2007 . "Colonialidad del Poder y Clasificación Social". In. CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

QUIJANO, A. 2005. "Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina". In. LANDER, E. et al. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

QUIJANO, A. 2014b. "Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica". In. CLÍMACO, D. A. (Org.). Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder: antología esencial. Buenos Aires: CLACSO.

QUIJANO, A.. 2014a. "Textos de Fundácion". In. PALERMO, Z.; QUINTERO, P. (Orgs.). Aníbal Quijano: Textos de Fundácion. Buenos Aires: Edicionesdel Signo.

RODRÍGUEZ, O. 2009. O estruturalismo latino-americano**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RUBBO, D. A. 2018. Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui. Estudos Avançados, v. 32, n. 94, p. 391-409.

WANDERLEY, S. 2015. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. Cadernos EBAPE. BR, v. 1, n. 4, p. 237-255.